

# Frente ampla faz banqueiros mudarem posição

*Dívida externa*

Está ocorrendo uma evolução nas posições manifestadas tanto pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) quanto pelos bancos internacionais em relação às negociações conduzidas com os países endividados, constatou ontem o presidente do Banco Central, Affonso Celso Pastore.

— As experiências que ocorrem, hoje em vários países estão conduzindo o FMI e os banqueiros a aprenderem a conhecer as restrições e as dificuldades que estes países enfrentam — afirmou Pastore.

Pastore ressaltou, entretanto, que o governo brasileiro ainda está empenhado em acompanhar e avaliar os resultados da chamada fase dois das negociações externas.

A discussão sobre as condições da dívida externa brasileira, a partir de 1985, somente serão conduzidas, segundo ele, quando for possível montar um quadro mais nítido da economia mundial, especialmente sobre a tendência das taxas de juros internacionais.

Pastore adiantou, ainda, que na próxima fase de renegociação dos compromissos com o Fundo Monetário Internacional, prevista para agosto, o Brasil vai querer um período mais longo para saldar seus débitos. Ele ressaltou que o prazo de 5 anos, sugerido pelo diretor-executivo do FMI, Jacques de Larosière, é um "pleito antigo" do Brasil.

## Recuo

Ainda ontem, os grandes bancos internacionais aceitaram iniciar negociações com o México para reescalonar em vários anos sua dívida externa referente ao setor público. O anúncio foi feito pelo Comitê Bancário Consultivo reunido em Nova Iorque.

O comunicado do Comitê afirma que a decisão foi adotada "em razão dos progressos substanciais" realizados pelo México, no caminho de sua recuperação econômica e financeira. Diz ainda que o comitê consultivo aceitou negociar com as autoridades mexicanas pertinentes uma série de acordos para o reescalonamento de sua dívida pública, sobre uma base plurianual compatível com as perspectivas financeiras mexicanas a médio prazo. "Este enfoque plurianual deverá em princípio facilitar os planos do México com o objetivo de reencontrar rapidamente um acesso normal ao mercado financeiro internacional".

Já o Peru obteve ontem um acordo de reescalonamento de 1,046 bilhão de dólares em pagamentos de sua dívida externa com 20 países ocidentais, informou o ministro peruano da Fazenda, José Benavides Muñoz.

Ontem, Pastore participou de um encontro, no Ministério da Fazenda, com o presidente do Bank of Montreal,

William Mulholland, e outros membros da diretoria da instituição. "Foi uma conversa informal. Houve uma troca de informações de como está caminhando a nossa renegociação. Mas, por enquanto, não houve nenhuma discussão sobre o que vai acontecer em 1985", frisou o presidente do Banco Central.

Para o presidente do Banco Montreal, a comunidade financeira internacional não está preocupada com a reunião dos devedores, marcada para ainda este mês, nem acredita em deflagração de moratória generalizada na América Latina, a partir das da Bolívia e do Equador. Pessoalmente, Mulholland vê com a maior simpatia a reunião de Brasil, México, Argentina e Colômbia, até porque, conforme confidenciou ao fim da entrevista, ela poderá servir para a mudança na política monetária norte-americana, que mantém elevadas as taxas de juros internacionais.

William Mulholland afirmou que desta vez o Brasil conseguirá fazer uma renegociação de longo prazo de sua dívida externa, com duração de pelo menos cinco anos, porque considera que uma renegociação frequente, todo ano, como vem ocorrendo, "é absolutamente inadeguada".

Explicou que a fixação de um prazo prolongado permitirá ao governo brasileiro um planejamento ordenado tanto do pagamento da dívida quanto do ajustamento da economia.

## Condenação

O presidente do banco Societe Generale, da França, credor de 1,2 bilhão de dólares da dívida externa brasileira, Jacques Mayoux, condenou ontem, após uma audiência com o presidente João Figueiredo, a tentativa de tratamento conjunto para os países devedores, reivindicado pelos governos do Brasil, Argentina, México e Colômbia.

"Os americanos devem modificar com urgência esta política de juros não apenas para que não se inviabilizem programas de estabilização como o realizado pelo Brasil, mas para que a desordem financeira não se generalize em prejuízo de toda a economia mundial. Concordo em que se chame a atenção dos Estados Unidos para o problema dos juros, mas acho que cada país tem que tratar do problema isoladamente, pois cada situação é diferente da outra. Acho que o Brasil, por exemplo, deve contar com a ajuda da comunidade financeira internacional pelo esforço que vem fazendo para equacionar o problema da dívida. Mas este não é o caso de todos os países devedores, alguns dos quais dispõem de reservas e não vêm cumprindo com seus compromissos".